



**PREFEITURA DE
RIO PRETO**



EDITAL DO PROCESSO DE SELEÇÃO PÚBLICA PARA ESCOLHA DE ENTIDADE FECHADA DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR – EFPC - Nº 01/2021

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1911.01.397/2021.56

PRÉVIA DO RELATÓRIO FINAL DA COMISSÃO DE SELEÇÃO DA EFPC

O MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO, representado neste processo de seleção pública pela Diretoria Colegiada do Regime Próprio de Previdência Social do Município de São José do Rio Preto, de acordo o Decreto nº 18.986, de 06 de agosto de 2021, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 202 da Constituição Federal, Lei Complementar nº 108/2001, Lei Complementar nº 109/2001, Lei Complementar Municipal nº 661/2021 e em observância à Nota Técnica da ATRICON nº 01/2021 e ao Guia da Previdência Complementar elaborado pela Secretaria de Previdência (5ª Ed.), torna público aos interessados, por meio do presente Relatório, o trabalho desenvolvido, argumentos e conclusões acerca do processo seletivo de entidade que poderá administrar o plano de benefícios previdenciários dos servidores do Município.

DA FORMAÇÃO DA COMISSÃO DE SELEÇÃO

A Reforma Previdenciária trazida pela Emenda Constitucional nº 103, de 12/11/2019, estabeleceu, dentre tantas alterações aplicáveis aos entes federados brasileiros, a obrigatoriedade da implementação da previdência complementar aos novos servidores públicos ocupantes de cargos efetivos, com a respectiva limitação de seus benefícios ao teto do Regime Geral de Previdência Social, nos termos art. 40 § 14 do texto constitucional, como segue:

§ 14. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão, por lei de iniciativa do respectivo Poder Executivo, regime de previdência complementar para servidores públicos ocupantes de cargo efetivo, observado o limite máximo dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social para o valor das aposentadorias e das pensões em regime próprio de previdência social, ressalvado o disposto no § 16.

Nesses termos, após intensa discussão no Conselho Municipal de Previdência e junto aos Sindicatos de Representações dos Servidores, os quais opinaram de forma ativa na elaboração



da proposta, o Poder Executivo encaminhou projeto de lei à Câmara Municipal, e, **na data de 07/07/2021, foi promulgada a Lei Municipal nº 661/2021**, que instituiu o regime de previdência complementar para todos os novos servidores que ingressarem no Município de São José do Rio Preto.

Cumprе salientar que foi editado o **Decreto nº 18.896, de 06 de agosto de 2021**, que delegou à Diretoria da RIOPRETOPREV a competência para os atos relacionados ao procedimento de escolha da entidade fechada de previdência complementar responsável pela administração do Regime de Previdência Complementar do Município de São José do Rio Preto. A delegação das atribuições atende ao interesse público, tendo em vista a especialidade da matéria, considerando ainda o disposto no art. 2º e 17 da Lei Complementar nº 661/2021.

Com isso, foi iniciada adoção das medidas necessárias para escolha de entidade fechada de previdência complementar para oferta de plano de benefícios previdenciários complementares aos servidores municipais, nos termos do § 15 do mesmo art. 40 da Constituição Federal:

§ 15. O regime de previdência complementar de que trata o § 14 oferecerá plano de benefícios somente na modalidade contribuição definida, observará o disposto no art. 202 e será efetivado por intermédio de entidade fechada de previdência complementar ou de entidade aberta de previdência complementar.

Como tal medida é nova para os Estados e Municípios brasileiros, a Subsecretaria do Regime de Previdência Complementar, órgão do Ministério da Economia, publicou o Guia da Previdência Complementar para Entes Federativos, que contempla de forma ampla os requisitos, atividades e critérios a serem observados pelos Entes.

O documento sugere uma análise inicial por parte do Ente Federativo, que poderá adotar uma de três soluções: criar sua própria entidade; criar um plano exclusivo em entidade já existente; ou aderir a um plano em entidade já existente.

Quanto à escolha da forma de implementação do regime, o Guia supramencionado recomenda:

“Frente a importância do custeio para resguardar a poupança previdenciária, a recomendação é que o Ente Federativo, mesmo que possua porte para a criação de entidade e ou de plano, avalie iniciar o seu processo por meio de um plano multipatrocinado, em um modelo em que a EFPC já existente se configure como uma ‘incubadora’ na qual o Ente adquire conhecimento e escala para avaliar a permanência na entidade/Plano e, posteriormente, avalie pela conveniência de criar um plano próprio ou até mesmo de sua entidade transferindo os recursos já acumulados.”

No caso do Município de São José do Rio Preto, a opção por aderir a um plano em entidade já existente foi determinada pelo Legislador (art. 6º da Lei Complementar 661/2021), além de ser mais viável em termos financeiros e orçamentários, bem como mais célere, o que é relevante, uma vez que o prazo para a instituição do regime de previdência complementar termina em 13 de novembro de 2021, nos termos do disposto no § 6º do art. 9º da EC nº 103.



O mesmo guia acima citado, no seu anexo 4.3, estabeleceu os aspectos mínimos a serem observados na escolha da Entidade, quais sejam, **motivação acerca dos parâmetros mínimos do processo de escolha, experiência da entidade e característica do plano.** No caso específico do Município de São José do Rio Preto, reputamos importante observar, no mínimo, **as seguintes condições de contratação e critérios de qualificação esperados da entidade selecionada**, de acordo com o guia mais uma vez aludido e de acordo com o Comunicado SDG nº 34/2021, do TCE/SP:

- Capacidade Técnica;
- Condições Econômicas da Proposta;
- Planos de Benefícios;
- Informações Complementares.

Desta feita, após a devida instrução do processo, e buscando conferir ampla divulgação e transparência ao processo seletivo **é que foi publicado, no Diário Oficial do Município, o Edital de Chamamento nº. 01/2021, em 27/08/2021.** Saliente-se que o Edital tinha o fito de colacionar propostas de entidades fechadas de previdência complementar de propostas por Entidades Fechadas de Previdência Complementar interessadas em administrar plano de benefícios complementar dos servidores de cargo efetivo da Administração Direta e Indireta do Município. Cumpre salientar ainda que constituiu objeto do referido edital a seleção de Entidade Fechada de Previdência Complementar (EFPC) para administração de plano de benefícios previdenciários, bem como a emissão de parecer técnico acerca das propostas.

Ademais, conforme Nota Técnica da ATRICON nº 01/2021 e entendimento do próprio TCESP, sobredito processo não segue os ritos tradicionais da licitação, haja vista se tratar de processo de escolha da entidade por parte da administração pública, desde que observados os critérios acima e que a escolha da entidade seja fundamentada, nos termos da Nota citada e do parecer jurídico exarado pela RioPretoPrev.

Salientamos ainda que a RIOPRETOPREV, ainda para promover a transparência e o melhor interesse público, disponibilizou uma seção em seu site com informações do processo de escolha, acessível em riopreto.sp.gov.br/riopretoprev, na guia “informações”, menu “Seleção Pública de EFPC”. Por todo o exposto, a Diretoria de RIOPRETOPREV, representada pelos senhores Jair Moretti, Adriano Antônio Pazianoto e Wilclem de Lazari Araújo, passa a expor suas conclusões, conforme relato a seguir.

DA ANÁLISE DAS PROPOSTAS

Conforme previsto no edital de regência desse processo seletivo, o julgamento das propostas será composto por duas fases:

- a) Na primeira fase, a os responsáveis pela seleção examinarão os documentos e considerarão habilitados para a fase seguinte os proponentes que satisfizerem às



exigências constantes do edital em estudo. Será considerado inabilitado para segunda fase o proponente que deixar de enviar qualquer um dos documentos constantes no item 5;

- b) Na segunda fase, os responsáveis pela seleção promoverão a classificação das propostas, observando aquelas mais vantajosas para o Município a partir de análise fundamentada da proposta técnica constante no Anexo Único do edital de seleção.

Em relação à primeira fase, foi realizado checklist dos documentos e informações encaminhadas tempestivamente. A tabela a seguir apresenta os documentos que deveriam ser remetidos por cada EFPC para sua habilitação:

Documento e Informações esperados
Ato constitutivo da EFPC, com registro na PREVIC.
Comprovante de inscrição e de situação cadastral perante o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), emitido pela RFB.
Prova de Regularidade relativa ao FGTS.
Prova de Regularidade relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;
Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho;
Ato de registro da entidade junto a Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC;
Balanco Patrimonial referente aos 02 (dois) últimos anos;
Carta de Apresentação;
Proposta Técnica;
Comprovação de Normal Funcionamento;

Diante das propostas apresentadas pelas entidades e renegociadas, tem-se a seguinte análise da primeira fase.

PRIMEIRA FASE: DA HABILITAÇÃO

Num primeiro momento, a Diretoria da RIOPRETOPREV verificou os requisitos no tocante à habilitação das entidades interessadas, através de um checklist da documentação apresentada em relação a cada entidade:

➤ Fundação de Previdência Complementar do Estado do Espírito Santo – PREVES

Em relação à primeira fase, foi realizado checklist dos documentos e informações encaminhadas tempestivamente pela EFPC supramencionada, a tabela a seguir demonstra a verificação realizada:

Documento e Informações esperados	Protocolo nº 1.803/2021 – 08/09/2021 – 13h03min
Ato constitutivo da EFPC, com registro na PREVIC.	✓
Comprovante de inscrição e de situação cadastral perante o Cadastro Nacional da	✓



Pessoa Jurídica (CNPJ), emitido pela RFB.	
Prova de Regularidade relativa ao FGTS.	✓
Prova de Regularidade relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;	✓
Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho;	✓
Ato de registro da entidade junto a Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC;	✓
Balanço Patrimonial referente aos 02 (dois) últimos anos;	✓
Carta de Apresentação	✓
Proposta Técnica	✓
Comprova Normal Funcionamento	✓

Portanto, com base na documentação apresentada, declaramos a **Fundação de Previdência Complementar do Estado do Espírito Santo – PREVES - HABILITADA** na primeira fase do processo de escolha pública.

➤ **Curitibaprev - Fundação de Previdência Complementar do Município de Curitiba**

Em relação à primeira fase, foi realizado checklist dos documentos e informações encaminhadas tempestivamente pela EFPC supramencionada, a tabela a seguir demonstra a verificação realizada:

Documento e Informações esperados	Protocolo nº 1.812/2021 – 09/09/2021 – 15h43min
Ato constitutivo da EFPC, com registro na PREVIC.	✓
Comprovante de inscrição e de situação cadastral perante o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), emitido pela RFB.	✓
Prova de Regularidade relativa ao FGTS.	✓
Prova de Regularidade relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;	✓
Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho;	✓
Ato de registro da entidade junto a Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC;	✓
Balanço Patrimonial referente aos 02 (dois) últimos anos;	✓
Carta de Apresentação	✓
Proposta Técnica	✓
Comprova Normal Funcionamento	✓

Portanto, com base na documentação apresentada, declaramos a **Curitibaprev - Fundação de Previdência Complementar do Município de Curitiba - HABILITADA** na primeira fase do processo de escolha pública.

➤ **Fundação de Previdência Complementar do Estado de São Paulo – PREVCOM-SP**



Em relação à primeira fase, foi realizado checklist dos documentos e informações encaminhadas tempestivamente pela EFPC supramencionada, a tabela a seguir demonstra a verificação realizada:

Documento e Informações esperados	Protocolo nº 1.809/2021 – 09/09/2021 – 12h05min
Ato constitutivo da EFPC, com registro na PREVIC.	✓
Comprovante de inscrição e de situação cadastral perante o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), emitido pela RFB.	✓
Prova de Regularidade relativa ao FGTS.	✓
Prova de Regularidade relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;	✓
Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho;	✓
Ato de registro da entidade junto a Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC;	✓
Balanco Patrimonial referente aos 02 (dois) últimos anos;	✓
Carta de Apresentação	✓
Proposta Técnica	✓
Comprova Normal Funcionamento	✓

Portanto, com base na documentação apresentada, declaramos a **Fundação de Previdência Complementar do Estado de São Paulo – PREVCOM-SP - HABILITADA** na primeira fase do processo de escolha pública.

➤ Fundação de Previdência Complementar dos Servidores Públicos do Estado do Rio Grande do Sul – RS-PREV

Em relação à primeira fase, foi realizado checklist dos documentos e informações encaminhadas tempestivamente pela EFPC supramencionada, a tabela a seguir demonstra a verificação realizada:

Documento e Informações esperados	Protocolo nº 1.815/2021 – 10/09/2021 – 12h33min
Ato constitutivo da EFPC, com registro na PREVIC.	✓
Comprovante de inscrição e de situação cadastral perante o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), emitido pela RFB.	✓
Prova de Regularidade relativa ao FGTS.	✓
Prova de Regularidade relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;	✓
Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho;	✓
Ato de registro da entidade junto a Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC;	✓
Balanco Patrimonial referente aos 02 (dois) últimos anos;	✓
Carta de Apresentação	✓
Proposta Técnica	✓



Portanto, com base na documentação apresentada, declaramos **HABILITADA** a **Fundação de Previdência Complementar dos Servidores Públicos do Estado do Rio Grande do Sul – RS-PREV**.

➤ Real Grandeza Fundação de Previdência e Assistência Social

Em relação à primeira fase, foi realizado checklist dos documentos e informações encaminhadas tempestivamente pela EFPC supramencionada, a tabela a seguir demonstra a verificação realizada:

Documento e Informações esperados	Protocolo nº 1.813/2021 – 10/09/2021 – 09h38min
Ato constitutivo da EFPC, com registro na PREVIC.	✓
Comprovante de inscrição e de situação cadastral perante o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), emitido pela RFB.	✓
Prova de Regularidade relativa ao FGTS.	✓
Prova de Regularidade relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;	✓
Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho;	✓
Ato de registro da entidade junto a Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC;	✓
Balanco Patrimonial referente aos 02 (dois) últimos anos;	✓
Carta de Apresentação	✓
Proposta Técnica	✓
Comprova Normal Funcionamento	✓

Portanto, com base na documentação apresentada, declaramos **HABILITADA** a **Real Grandeza Fundação de Previdência e Assistência Social**.

➤ Mongeral Aegon Fundo de Pensão

Em relação à primeira fase, foi realizado checklist dos documentos e informações encaminhadas tempestivamente pela EFPC supramencionada, a tabela a seguir demonstra a verificação realizada:

Documento e Informações esperados	Protocolo nº 1.819/2021 – 10/09/2021 – 15h34min
Ato constitutivo da EFPC, com registro na PREVIC.	✓
Comprovante de inscrição e de situação cadastral perante o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), emitido pela RFB.	✓
Prova de Regularidade relativa ao FGTS.	✓
Prova de Regularidade relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;	✓
Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho;	✓
Ato de registro da entidade junto a Superintendência Nacional de Previdência	✓



Complementar – PREVIC;	
Balanço Patrimonial referente aos 02 (dois) últimos anos;	✓
Carta de Apresentação	✓
Proposta Técnica	✓
Comprova Normal Funcionamento	✓

Portanto, com base na documentação apresentada, declaramos **HABILITADA** a Mongeral Aegon Fundo de Pensão.

➤ **Fundação CEEE de Seguridade Social Eletroceee**

Em relação à primeira fase, foi realizado checklist dos documentos e informações encaminhadas tempestivamente pela EFPC supramencionada, a tabela a seguir demonstra a verificação realizada:

Documento e Informações esperados	Protocolo nº 1.819/2021 – 10/09/2021 – 16h01min
Ato constitutivo da EFPC, com registro na PREVIC.	✓
Comprovante de inscrição e de situação cadastral perante o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), emitido pela RFB.	✓
Prova de Regularidade relativa ao FGTS.	✓
Prova de Regularidade relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;	✓
Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho;	✓
Ato de registro da entidade junto a Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC;	✓
Balanço Patrimonial referente aos 02 (dois) últimos anos;	✓
Carta de Apresentação	✓
Proposta Técnica	✓
Comprova Normal Funcionamento	✓

Portanto, com base na documentação apresentada, declaramos **HABILITADA** a Fundação CEEE de Seguridade Social Eletroceee

➤ **BB Previdência Fundo de Pensão Banco do Brasil**

Em relação à primeira fase, foi realizado checklist dos documentos e informações encaminhadas tempestivamente pela EFPC supramencionada, a tabela a seguir demonstra a verificação realizada:

Documento e Informações esperados	Protocolo nº 1.821/2021 – 10/09/2021 – 18h35min
Ato constitutivo da EFPC, com registro na PREVIC.	✓
Comprovante de inscrição e de situação cadastral perante o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), emitido pela RFB.	✓
Prova de Regularidade relativa ao FGTS.	✓
Prova de Regularidade relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;	✓



Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho;	✓
Ato de registro da entidade junto a Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC;	✓
Balanco Patrimonial referente aos 02 (dois) últimos anos;	✓
Carta de Apresentação	✓
Proposta Técnica	✓
Comprova Normal Funcionamento	✓

Portanto, com base na documentação apresentada, declaramos **HABILITADA** a **BB Previdência Fundo de Pensão Banco do Brasil**.

SEGUNDA FASE: DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

Na segunda fase, a Diretoria Colegiada da RIOPRETOPREV promoverá a verificação e classificação da proposta que entender mais vantajosa para o Município a partir de análise fundamentada da proposta técnica constante no Anexo Único do edital de seleção.

Para facilitar a metodologia de trabalho, iremos comparar a Capacidade Técnica, Condições Econômicas da Proposta e Plano de Benefícios de cada uma das propostas em diversos momentos, através de quadros comparativos, concluindo pela escolha da mais vantajosa de acordo com os interesses públicos e peculiaridades deste Município, conforme discussão a seguir.

❖ Capacidade Técnica das Entidades

Para avaliar a capacidade técnica da instituição, iremos verificar a **experiência da entidade**, observando o desempenho da carteira de investimentos, o montante total administrado, o número total de participante dos planos. Também avaliaremos a Estrutura de Governança, a Qualificação da Diretoria Executiva, Controles internos e processos de gestão de risco.

No tocante à experiência das entidades, o primeiro critério avaliado para classificar parcialmente as entidades é a **rentabilidade acumulada nos últimos 60 meses da EFPC**:

Classificação	Instituição	Rentabilidade nos últimos 60 (sessenta) meses - %	Rentabilidade no ano de 2020 - %
1º	Real Grandeza	103,95%	8,76%
2º	Fundação CEEE	94,17%	6,59%
3º	PREVCOM-SP	66,56%	8,84%
4º	BB Previdência	66,26%	7,55%
5º	MAG	58,85%	0,09%
-	Rentabilidade Estimada por tipo de plano – CD – ABRAP	54,87%	5,14%



6º	PREVES	50,41%	3,00%
7º	RS PREV	33,51%	4,43%
8º	CuritibaPrev	7,05% ¹	3,13%

No período avaliado, a variação do IPCA/IGPM foi de 23,76%. No ano de 2020, o IPCA restou acumulado em 4,52%. No ano de 2020 (último exercício), a **melhor taxa** de retorno foi de 8,84%, perpetrada pela Instituição PREVCOM-SP (registramos a informação em apartado apenas para não repetir a tabela).

Segundo o consolidado estatístico da ABRAPP², a rentabilidade média auferida pelas EFPC que administram plano na modalidade contribuição definida foi de 5,14% no ano de 2020, enquanto nos últimos 60 meses a rentabilidade média foi de 54,87%.

Ou seja, na rentabilidade acumulada nos últimos 5 anos por entidades fechadas que administram planos de contribuição definida, superam o índice apontado as entidades **Real Grandeza, Fundação CEEE, PREVCOM-SP, BB Previdência e MAG**. Em relação à rentabilidade anual de 2020, as entidades **Prevcom-SP, Real Grandeza, BB Previdência, Fundação CEEE** conseguiram superar a média de rendimento das EFPC que administram planos de contribuição definida.

O segundo critério avaliado será o **ativo total da EFPC (em milhões) nos últimos 5 anos**, elemento este indicativo de solidez e estabilidade, bem como parâmetro para compreensão das despesas administrativas.

Classificação	Instituição	PL sob gestão em R\$ (milhões)	Aumento Patrimonial em 2019-2020 em R\$ (milhões)
1º	Real Grandeza	18.488	468
2º	BB Previdência	9.519,5	1.925
3º	Fundação CEEE	7.705,6	106,7
4º	PREVCOM-SP	1.795,7	352,8
5º	MAG	99,92	3,16
6º	PREVES	63	7
7º	RS PREV	44,269	16,324
8º	CuritibaPrev	5,572	2,973

Conforme verificamos na tabela, a instituição que apresentou o maior ativo foi a REAL GRANDEZA, seguida da instituição BB PREVIDÊNCIA. Em relação a variação do PL sob gestão, nenhuma entidade sofreu redução nos anos de 2019 e 2020.

O terceiro critério para avaliação da experiência será verificar o quantitativo de participantes da EFPC nos últimos 5 anos. Tal elemento busca demonstrar a solidez e estabilidade do plano, bem como também é parâmetro para verificação das despesas do plano.

Class.	Instituição	Quantidade de Participantes	Quantidade de Patrocinadores	Quantidade de Planos	Aumento da quantidade
--------	-------------	-----------------------------	------------------------------	----------------------	-----------------------

¹ Início das Atividades em 2019.

² Consolidado Estatístico é uma publicação da ABRAPP Dezembro de 2020 - Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar: https://www.abrapp.org.br/wp-content/uploads/2021/04/Consolidado-Estatistico_12_2020.pdf



			Instituidores	Administrados	de participantes 2019-2020
1º	BB Previdência	175.728	44	45	22.291
2º	PREVCOM-SP	36.945	12	8	1.508
3º	Fundação CEEE	18.422	23	12	462
4º	Real Grandeza	12.721	3	2	145
5º	PREVES	5.039	6	2	183
6º	MAG	3.134	11	6	180
7º	RS PREV	1.331	6	3	303
8º	Curitibaprev	1.131	3	4	232

Conforme verificamos na tabela, a instituição que apresentou a maior quantidade de participantes foi a **BB PREVIDÊNCIA**. Em relação a esse parâmetro, nenhuma entidade sofreu redução nos anos de 2019 e 2020. A maior quantidade de patrocinadores e de planos administrados é da **BB PREVIDÊNCIA**. A experiência em administração de plano de contribuição definida é mais um importante indicador de solidez e estabilidade da EFPC. A segunda instituição em quantidade de participantes é a **PREVCOM-SP**, que conta ainda com 12 patrocinadores.

Na questão da **GOVERNANÇA**, verificamos a composição dos órgãos estatutários da EFPC, conforme informações prestadas na proposta apresentada. Para as EFPC reguladas pela LC 108/2001, a composição do conselho deliberativo e fiscal é paritária entre participantes, assistidos e patrocinadores. Para EFPC reguladas pela LC 109/2001, a composição do conselho deliberativo e fiscal é de no mínimo 1/3 entre participantes e assistidos. Na composição dos conselhos deliberativo e fiscal das entidades qualificadas como multipatrocinadas, deverá ser considerado o número de participantes vinculados a cada patrocinador ou instituidor, bem como o montante dos respectivos patrimônios. Também verificaremos a existência de Comitês ou análogos, além da estrutura mínima exigida pela legislação, é desejável que a EFPC tenha outras instâncias de assessoramento.

Verificamos também a existência e funcionamento do Comitê de Investimentos, órgão que auxilia os membros do Colegiado Deliberativo, em caráter consultivo, para estes definirem deliberações referentes à alocação do capital financeiro. É desejável que sua composição seja de membros com conhecimento técnico.

Por fim, avaliamos os processos de gerenciamento de riscos, que são os procedimentos para identificar, avaliar, tratar e monitorar os riscos existentes. Tem como finalidade minimizar a possibilidade de impactos negativos sobre os objetivos/resultados almejados.

Todos os dados supras estão resumidos na tabela a seguir:

Instituição	Composição da Diretoria	Composição do Conselho Fiscal	Composição do Conselho Administrativo	Quantidade de Outros Comitês	Existem processos de gestão de riscos e controles internos
BB Previdência	A Diretoria Executiva é	O Conselho Fiscal (CF) é composto	Conselho Deliberativo (CD)	Não possui estrutura	Sim



	composta por um Diretor-Presidente, um Diretor Financeiro e de Investimentos (Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado - AETQ) e um Diretor de Operações e de Relacionamento com Clientes (Administrador Responsável pelos Planos de Benefícios - ARPB).	por 6 (seis) membros, sendo 4 (quatro) representantes indicados pelos Patrocinadores/Instituidores e 2 (dois) eleitos entre os Participantes e Assistidos.	é composto por 9 (nove) membros, sendo 3 (três) representantes do Administrador (sendo um deles o Presidente do Conselho), 3 (três) representantes indicados pelos Patrocinadores/Instituidores e 3 (três) representantes eleitos pelos Participantes e Assistidos	formalizada de comitê de planos de benefícios. Sua estrutura estatutária conta com o Comitê Financeiro, órgão de assessoramento do Conselho Deliberativo, na formulação e no acompanhamento da Política e Diretrizes Gerais de Investimento da BB Previdência, que é composto por 4 (quatro) membros, sendo 2 (dois) membros do Conselho Deliberativo eleitos dentre os seus pares, o Diretor-Presidente e o Diretor Financeiro e de Investimentos da Entidade.	
CuritibaPrev	1 Diretor(a) Presidente 1 Diretor(a) de Previdência 1 Diretor(a) Financeiro(a)	2 membros titulares indicados pelos Patrocinadores 2 membros titulares eleitos pelos participantes (dentre os participantes) 2 membros suplentes indicados pelos Patrocinadores 2 membros suplentes eleitos pelos participantes (dentre os participantes)	3 membros titulares indicados pelos Patrocinadores 3 membros titulares eleitos pelos participantes (dentre os participantes) 3 membros suplentes indicados pelos Patrocinadores 3 membros suplentes eleitos pelos participantes (dentre os participantes)	Comitê Gestor do Plano de Benefícios (2 membros titulares indicados pelos Patrocinadores 2 membros titulares eleitos pelos participantes (dentre os participantes do Plano Multipatrocinado) e Comitê de Investimentos (2 membros certificados indicados pela Entidade 1 membro profissional de mercado)	Não informado
Fundação CEEE	composta por 3 membros (Diretor-Presidente,	O Conselho Fiscal será constituído de 4 (quatro)	O Conselho Deliberativo será constituído de seis (6)	Comitês de Acompanhamento de Plano (CAP): compostos por	Controles internos e processos de gestão de riscos



	Diretor Financeiro e Diretor de Previdência).	Conselheiros titulares, e 2 (dois) suplentes, sendo paritária sua composição entre representantes dos patrocinadores e dos participantes e assistidos, cabendo aos Conselheiros representantes dos participantes e assistidos a indicação do Conselheiro Presidente e seu substituto eventual	Conselheiros titulares e 2 (dois) suplentes, sendo paritária sua composição entre representantes os participantes e assistidos e dos patrocinadores.	representantes dos patrocinadores, instituidores e participantes. Comitê de Ética: composto por membros dos conselhos, da diretoria executiva e empregados. Comitê de Riscos, Comitê Consultivo de Investimentos e Comitê de Expansão: compostos por membros da diretoria executiva e das gerências.	da EFPC: Equipe interna com sistema próprio dedicado à análise de riscos seguindo a metodologia do COSO bem como equipe dedicada à gestão da qualidade e controles internos. Entidade possui certificação de qualidade ISO 9001 atualizada em todos os processos da organização.
MAG	Será composta de, no mínimo 3(três) e no máximo 6(seis) membros, eleitos pelo conselho deliberativo, todos designados diretores, sendo 1(um) o diretor superintendente.	3 membros titulares e 3 suplentes (2 representantes das Patrocinadoras e Instituidoras e 1 representante dos participantes e assistidos)	9 membros titulares e 9 suplentes (6 representantes das Patrocinadoras e Instituidoras e 3 representantes dos participantes e assistidos)	Comitê Gestor do Plano: 4 membros titulares (2 representantes das patrocinadoras e instituidoras e 2 representantes indicados pelas entidades representativas de participantes e de assistidos) O Comitê de Investimentos é constituído a forma de seu regimento interno.	Não informado
PREVCOM-SP	A Diretoria Executiva é composta por um diretor-presidente e quatro diretores indicados pelo Governador do Estado de São Paulo e nomeados pelo Conselho Deliberativo, com mandatos de quatro anos.	Composto por quatro membros titulares e respectivos suplentes, metade indicados pelo patrocinador e a outra metade eleita diretamente pelos participantes e assistidos.	Composto por seis membros titulares e igual número de suplentes, respeita a paridade entre representantes eleitos pelos participantes e assistidos e representantes indicados pelo patrocinador.	O Comitê de Investimentos é composto por três membros, não remunerados pela atuação. O quadro é técnico e tem papel consultivo, não deliberativo. Preenchido por indicação da Diretoria Executiva, conta com membros técnicos da SP-PREVCOM com experiência na administração de	Órgão de Gestão de Riscos Mapeamento de Processos



				<p>recursos financeiros, dentro outros requisitos.</p> <p>O Comitê Gestor do plano multipatrocinado PREVCOM MULTI é composto por três membros indicados pelos Patrocinadores do Plano, em caráter rotativo. Desde que o Patrocinador esteja adimplente com suas obrigações e tenha participantes inscritos, poderá indicar um representante. A rotatividade segue a ordem de adesão do ente ao Plano e reinicia-se uma vez que todos tenham indicado o respectivo representante. Os mandatos são de dois anos, com nova indicação a cada, nos termos de seu Regimento Interno.</p>	
PREVES	Composta por três membros: Diretor de Administração; Diretor de Investimentos; Diretor de Seguridade. Um dos Diretores, escolhido pelo Conselho Deliberativo, acumula as responsabilidades estatutárias do Diretor Presidente	Composto por quatro membros de forma paritária entre representantes dos participantes e assistidos e dos patrocinadores: a) Dois representantes pelo Ministério Público; b) Dois representantes pelo Tribunal de Contas.	Composto por seis membros de forma paritária entre representantes dos participantes e assistidos e dos patrocinadores, sendo: a)Dois representantes pelo Poder Executivo; b) Dois representantes pelo Poder Judiciário; c)Dois representantes pelo Poder Legislativo.	<p>O Comitê de Assessoramento Técnico, de caráter consultivo, para cada plano de benefícios, com competência para apresentar propostas, sugestões e recomendações prudenciais quanto à gestão da entidade e sua política de investimentos e à situação financeira e atuarial do respectivo plano de benefícios, vinculados ao Conselho Deliberativo.</p> <p>Comitê de Investimentos e</p>	<p>Comitê de Investimentos e Riscos. A PREVES possui um Comitê de Assessoramento de Riscos, de caráter consultivo, vinculado à Diretoria Executiva, com competência para avaliar as propostas de investimentos serem realizados pela entidade e seus respectivos riscos.</p>



				<p>Riscos</p> <p>A PREVES possui um Comitê de Assessoramento e Riscos, de caráter consultivo, vinculado à Diretoria Executiva, com competência para avaliar as propostas de investimentos a serem realizados pela entidade e seus respectivos riscos.</p>	
Real Grandeza	<p>Composta por 5 diretorias, sendo:</p> <p>Diretoria da Presidência</p> <p>Diretoria de Seguridade (Eleito)</p> <p>Diretoria de Investimentos</p> <p>Diretoria de Administração e Finanças</p> <p>Diretoria de Ouvidoria (Eleito)</p>	<p>O Conselho Fiscal será composto por 4 (quatro) membros, todos Participantes ou Assistidos, que atendam aos requisitos e qualificações estabelecidos na legislação e no Estatuto,</p>	<p>Conselho Deliberativo é constituído de 6 (seis) membros, todos Participantes ou Assistidos da REAL GRANDEZA, que atendam aos requisitos e qualificações estabelecidos no Estatuto e na legislação vigente, sendo:</p>	<p>O Comitê de Investimentos – CIRG - tem por finalidade avaliar, aprovar e monitorar a aplicação dos recursos, por meio de propostas elaboradas pela Diretoria de Investimentos e baseadas em procedimentos, critérios, políticas e manuais estabelecidos pela entidade.</p> <p>O Comitê de Saúde - CS - tem por finalidade: Monitorar a gestão e o cumprimento da política de saúde da REAL GRANDEZA, através de indicadores, relatórios e do acompanhamento permanente de suas ações, emitindo pareceres; Formular recomendações, propostas e emitir pareceres ao Conselho Deliberativo; Assessorar o Conselho Deliberativo em</p>	<p>Real Grandeza possui uma assessoria dedicada aos controles internos e todo o processo de mapeamento e gestão de riscos. Além dos processos atuais, a área está implantando o sistema de gestão da qualidade da SGQ, que permitirá a certificação dos processos da entidade.</p>



				<p>assuntos relacionados à Saúde.</p> <p>O Comitê de Previdência – CP - é órgão colegiado vinculado diretamente ao Conselho Deliberativo e tem por finalidade: Assessorar o Conselho Deliberativo na gestão dos planos previdenciários, e de suas disposições regulamentares, em consonância com as melhores práticas de mercado, e com a legislação específica de Previdência Complementar visando preservar a solvência e perenidade dos planos geridos.</p> <p>O Comitê de Auditoria – CARG – é um órgão colegiado vinculado diretamente ao Conselho Deliberativo, tem como finalidade: Assegurar uma efetiva supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis e financeiras, bem como avaliar a efetividade das auditorias interna e independente, com foco nos controles internos, riscos, conformidade e governança, observadas as disposições</p>	
--	--	--	--	--	--



				<p>dos normativos internos e da legislação vigente.</p> <p>A Real Grandeza possui uma assessoria dedicada aos controles internos e todo o processo de mapeamento e gestão de riscos. Além dos processos atuais, a área está implantando o sistema de gestão da qualidade – SGQ, que permitirá a certificação dos processos da entidade</p>	
RS PREV	<p>(Estatutariamente estão previstas 4 diretorias, quais sejam, Diretoria- Presidência, Diretoria de Seguridade, Diretoria de Investimentos e Diretoria de Administração.</p>	<p>Conselho Fiscal são 2 titulares e 2 suplentes. Todos os membros são servidores públicos titulares de cargo efetivo do Estado do RS. Atualmente participam dos Conselhos Deliberativo e Fiscal da RS-Prev: Procuradores da Procuradoria-Geral do Estado, Auditores-Fiscais da Secretaria da Fazenda, Defensor Público, Auditoras do TCE-RS, Promotor de Justiça do Ministério Público, Analista Legislativo e Administrador da Assembleia Legislativa.</p>	<p>Conselho Deliberativo são 4 titulares e 4 suplentes. Todos os membros são servidores públicos titulares de cargo efetivo do Estado do RS. Atualmente participam dos Conselhos Deliberativo e Fiscal da RS-Prev: Procuradores da Procuradoria-Geral do Estado, Auditores-Fiscais da Secretaria da Fazenda, Defensor Público, Auditoras do TCE-RS, Promotor de Justiça do Ministério Público, Analista Legislativo e Administrador da Assembleia Legislativa.</p>	<p>Comitê Gestor (Plano RS-Municípios) – Órgão vinculado ao Conselho Deliberativo, quando for instituído, será responsável pela definição das aplicações financeiras e pelo acompanhamento do seu plano de benefícios a que se refere, por meio da apresentação de propostas ou recomendações prudenciais quanto à política de investimentos e à gestão do plano, observadas as diretrizes fixadas pelo Conselho Deliberativo e pelo Comitê de Investimentos</p> <p>Comitê de Investimentos (RS-Prev) – Órgão vinculado à Diretoria-Executiva,</p>	<p>Controle Interno e Processo de Gestão de Riscos: A RS-Prev possui políticas e procedimentos operacionais que foram desenvolvidos para proteger os recursos e garantir a execução dos planos de benefícios administrados pela Fundação, bem como prestar as informações adequadas e suficientes (transparência) promover a eficiência operacional da Fundação, estimular a obediência ao respeito às regras internas regulatórias</p>



				quando for instituído, será responsável pelo assessoramento deste colegiado na gestão econômico-financeira dos recursos administrados pela Fundação.	
--	--	--	--	--	--

Verificamos, ainda, a existência de comitê de planos, que é possibilidade de indicação pelo patrocinador de representante que atuará dentro de um Comitê de Plano. Também verificamos a qualificação e experiência da Diretoria Executiva.

Neste item, avaliamos, com base nas propostas apresentadas, que a forma de escolha dos membros dos órgãos colegiados (Conselho Deliberativo, Diretoria Executiva e Conselho Fiscal) atendem ao que é preconizado pelas respectivas normas de regência (LC 108/01 e LC 109/01).

Com base no que consta nas propostas habilitadas, constatou-se que a **BB PREVIDÊNCIA** ainda não tem o Comitê de Plano instituído, mas informou que está em processo de implantação.

No indicador abaixo, observaremos o tempo de qualificação média da Diretoria Executiva, bem como tempo de experiência do principal Diretor da instituição.

Class.	Instituição	Tempo Médio de experiência da Diretoria (anos)	Tempo de experiência do principal Diretor (anos)
1º	MAG	23	30
2º	Real Grandeza	20	29
3º	CuritibaPrev	18	39
4º	RS PREV	14	14
5º	PREVCOM-SP	13	35
6º	Fundação CEEE	5	4
7º	PREVES	5	8
8º	BB Previdência	1	1

É necessária a qualificação técnica e comprovação de idoneidade para administração de EFPC. Além dos requisitos definidos em norma, os dirigentes e conselheiros devem ser selecionados com base em critérios técnicos, com vistas a garantir profissionais qualificados para o desempenho de suas funções, em especial, o dever fiduciário.

Com base no que consta nas propostas habilitadas, constatou-se que as sete entidades proponentes apresentam Diretoria Executiva com qualificação técnica e experiência profissional aderentes às respectivas funções. Registramos que a participante que na BB PREVIDENCIA, o seu Diretor- Presidente e seu Diretor Financeiro e de Investimento têm pouco mais de um ano de experiência em Previdência Complementar. Contudo informaram contar com assessoria de dois Superintendentes Executivos, um com 09 (nove) e outro com 18 (dezoito) anos de experiência em Previdência Complementar.



Em relação a experiência da entidade em planos de contribuição definida, com base nas informações colacionadas na proposta, verificamos que todos os participantes apresentam experiência suficiente para gerir o plano de previdência complementar de São José do Rio Preto.

❖ Condições Econômicas da Proposta

Para avaliar as condições econômicas da proposta, avaliaremos a taxa de administração e carregamento, despesa administrativa per capita anual da EFPC, bem como a necessidade de aportes iniciais.

Class.	Instituição	Taxa de Carregamento - %:	Taxa de Administração - %	Despesa Administrativa – Participante	Aporte Inicial – R\$	Adiantamento Inicial – R\$
1º	BB Previdência	3,00	1,00	179,46	0,00	0,00
2º	MAG	0,00%	0,60%	182,00	0,00	0,00
3º	PREVES	6,00%	0,00%	642,00	0,00	65.000,00
4º	PREVCOM-SP	4,00%	1,00%	917,42	53.460,00	0,00
5º	Fundação CEEE	0,00	1,00%	1.729,38	0,00	0,00
6º	RS PREV	6,50%	0,00	2.114,00	0,00	373.931,00 ³
7º	Real Grandeza	0,00%	0,47%	3.747,00	0,00	0,00
8º	CuritibaPrev	0,00	1,00%	3.831,12	0,00	0,00

A Despesa por Participante representa um indicador para os gastos administrativos por participante. Dessa forma, nota-se que, em regra, quanto maior o ativo e a quantidade de participantes, menor será a respectiva relação. Nesse item, o menor custo foi reportado pela **BB PREVIDÊNCIA**.

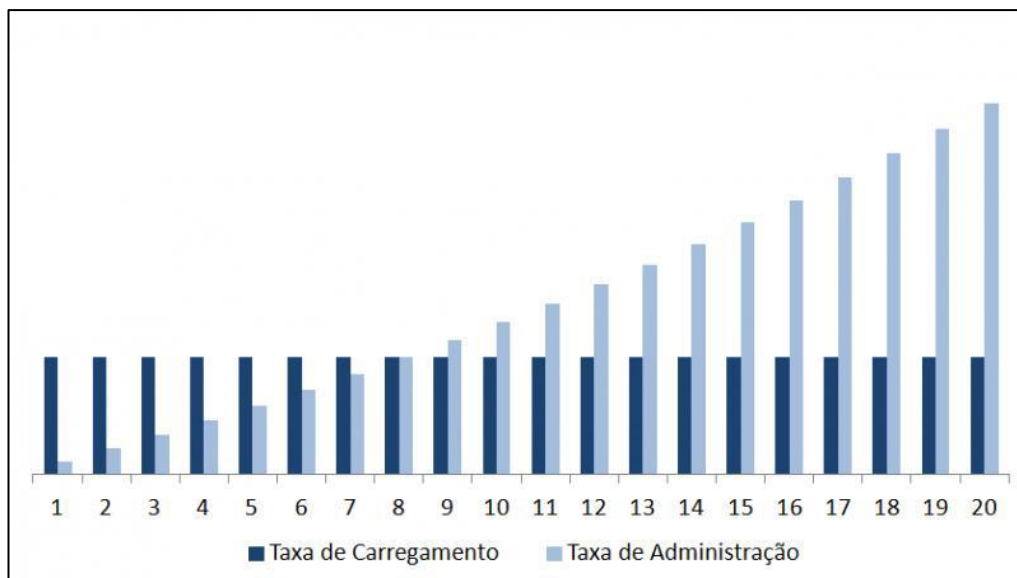
As taxas de administração e carregamento são cobradas dos participantes e garantem o regular funcionamento das EFPC. A **taxa de administração** é o percentual incidente sobre o montante dos recursos garantidores, para fazer frente às despesas parciais ou totais com a administração do plano de benefícios. A própria instituição estabelece o valor que, no entanto, deve estar declarado no regulamento do fundo em questão.

A **taxa de carregamento**, por sua vez, é o percentual aplicado sobre a soma das contribuições mais benefícios do plano de benefícios previdenciários, conforme definido nos regulamentos e respectivos planos de custeio, que resulta em valor destinado à cobertura das despesas decorrentes da administração dos planos de benefícios de uma Entidade Fechada de Previdência.

³ Para o Município de São José do Rio Preto o valor do aporte, de acordo com a ao número de habitantes do município ou do ente da Federação na data da adesão de acordo com o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, multiplicado pelo Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM, do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD.



Enquanto a taxa de carregamento incide somente sobre o valor da sua contribuição, a taxa de administração incide sobre o saldo total de contas do participante. Assim, no início, quando o saldo de conta ainda é pequeno, pode até parecer interessante essa combinação de taxa de carregamento menor e taxa de administração maior. Mas essa vantagem desaparece ao longo do tempo, já que saldo da conta vai crescendo e a taxa de administração vai ficando cada vez mais elevada:



Conforme pode ser verificado no gráfico acima, a incidência da taxa de administração no custo financeiro do participante é muito mais significativa do que a taxa de carregamento. Temos que lembrar que previdência complementar é um investimento de longo prazo e menor custo a longo prazo significa maior reserva previdenciária para o participante.

Simulamos, para fins de comparação do custo das entidades, a evolução do patrimônio dos segurados caso o Município aderisse a cada uma das EFPC que apresentou proposta. As premissas utilizadas nessa simulação são de que o segurado e que órgão instituidor contribuirão com R\$ 50,00 por mês durante 30 anos⁴. Nesse sentido, a taxa de administração e carregamento aplicadas são aquelas constantes nas propostas. Apuramos o montante acumulado na conta individual do participante:

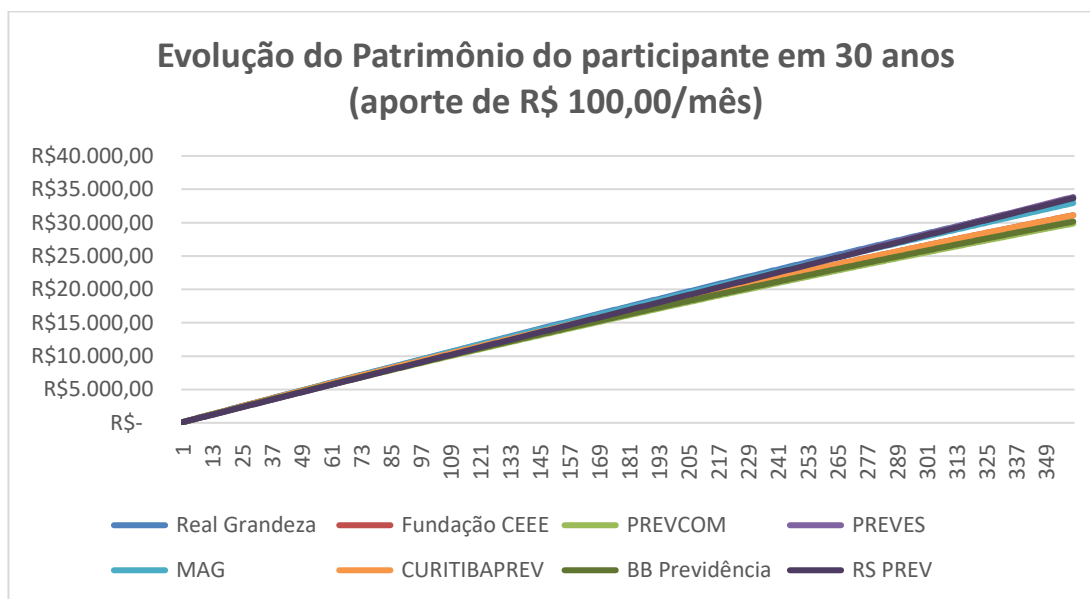
Instituição	Taxa de Carregamento incidente sobre o ingresso de novos recursos - %:	Taxa de Administração a.a. - %	Taxa de Administração equivalente mensal - %.	Valor Mensal Investido Mês- R\$	Valor Acumulado em 360 meses (30 anos) sem qualquer rentabilidade - R\$
PREVES	6,00%	0,00%	0,00000%	100,00	33.840,00
RS PREV	6,50%	0,00%	0,00000%	100,00	33.660,00
Real Grandeza	0,00%	0,47%	0,03910%	100,00	33.574,11

⁴ Sem a incidência de qualquer taxa de juros ou reajustes futuro.



MAG	0,00%	0,60%	0,04990%	100,00	32.942,77
Fundação CEEE	0,00%	1,00%	0,08300%	100,00	31.104,80
CuritibaPrev	0,00%	1,00%	0,08300%	100,00	31.104,80
BB Previdência	3,00%	1,00%	0,08300%	100,00	30.171,65
PREVCOM-SP	4,00%	1,00%	0,08300%	100,00	29.860,61

A evolução do patrimônio acumulado com a metodologia apresentada ocorre da seguinte forma nos planos ora estudados:



Portanto, nesta análise, verificamos que o maior patrimônio acumulado no período analisado ocorre no plano oferecido pela PREVES, se levarmos em conta apenas o custo das taxas incidentes sobre o plano.

Já se levarmos em conta o custo do plano e a rentabilidade auferida no passado (ano de 2020, transformada em equivalente mensal, projetada para os próximos 30 anos), temos a seguinte situação em relação aos valores acumulados nos planos considerando:

Instituição	Rentabilidade da EFPC em 2020 - %	Rentabilidade Equivalente Mensal - %	Patrimônio Acumulado em 30 anos- R\$ ⁵
Real Grandeza	8,76%	0,7022%	149.354,54
PREVCOM-SP	8,84%	0,7084%	130.104,22
BB Previdência	7,55%	0,6084%	103.737,93
Fundação CEEE	6,59%	0,5332%	90.015,46
RS PREV	4,43%	0,3619%	69.272,48
PREVES	3,00%	0,2466%	54.530,15

⁵ Considera o aporte de R\$ 100,00 mensais, por 30 anos, a incidência das taxas indicadas nas propostas e a projeção de que o rendimento passado (auferido no ano de 2020) seja o mesmo no próximos 30 anos.



CuritibaPrev	3,13%	0,2572%	50.076,75
MAG	0,09%	0,0075%	33.379,27

Considerando, dessa forma, a rentabilidade passada e as despesas do plano, temos que a entidade que permite **o servidor acumular maior quantidade de recursos, em tese, é a Fundação Real Grandeza, seguida das entidades PREVCOM-SP e BB Previdência.**

No tocante a necessidade de aportes, as seguintes instituições assinalaram os seguintes valores:

Instituição	Aporte Inicial – R\$	Adiantamento Inicial – R\$
BB Previdência	0,00	0,00
MAG	0,00	0,00
PREVES	0,00	65.000,00
PREVCOM-SP	53.460,00	0,00
Fundação CEEE	0,00	0,00
RS PREV	0,00	373.931,00 ⁶
Real Grandeza	0,00	0,00
CuritibaPrev	0,00	0,00

Os aportes às instituições PREVES e RS PREV ocorrerão a título de adiantamento de contribuições do patrocinador, a serem compensadas após equilíbrio do plano. Já o aporte para a PREVCOM-SP ocorrerá para custeio das despesas administrativas do plano.

❖ Plano de Benefícios

PREVES

A Fundação de Previdência Complementar do Estado do Espírito Santo – PREVES foi criada por meio do Decreto 3.395-R, de 25 de setembro de 2013, sendo publicado no Diário Oficial dos Poderes do Estado do Espírito Santo em 26 de setembro de 2013, conforme autorizado pela LCE nº 711, de 02/09/2013.

A Portaria MPS/PREVIC/ DITEC nº 43, de 4 de fevereiro de 2014, foi publicada no DOU em 5 de fevereiro, autorizou o início as atividades da PREVES. A organização é uma entidade fechada de previdência complementar, constituída sob forma de Fundação, sem fins lucrativos, de natureza pública e personalidade jurídica de direito privado, dotada de autonomia administrativa, financeira e gerencial.

⁶ Para o Município de São José do Rio Preto o valor do aporte, de acordo com a ao número de habitantes do município ou do ente da Federação na data da adesão de acordo com o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, multiplicado pelo Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM, do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD.



É regida pelo Estatuto Social, aprovado pela PREVIC, no qual, sua estrutura organizacional é composta pelo Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal e Diretoria Executiva, nos moldes das Leis Complementares 108 e 109, ambas de 2001. A PREVES é uma fundação que possui personalidade, imagem e cultura própria. Afirmar ser especialista na administração de planos de benefícios para servidores públicos.

Segundo consta na proposta, o Plano de Benefícios Multipatrocinado para Entes Federativos, denominado **PREVES ENTES**, o qual está sendo oferecido para este município, está estruturado na modalidade de contribuição definida, possui regras de adesão e arrecadação ajustadas à experiência com o serviço público, está em consonância com as leis e normas federais e estaduais, possui cobertura de benefícios de risco (invalidez e morte) terceirizados com a MAG Seguros (Grupo Mongeral Aegon) através de contratação individual pelo participante, não havendo risco financeiro e atuarial para o ente federativo e possibilita a escolha do participantes em recebimento de benefícios de renda por percentual do saldo, prazo certo ou indeterminado.

O regulamento do Plano de Benefícios **PREVES ENTES**, dos quais pode ser destacado o seguinte:

Aposentadoria por Invalidez:

- Será concedido ao participante que o requerer, atestada sua invalidez pelo RPPS do Ente federativo e será devido a partir da data do protocolo do requerimento;
- Para Autopatrocinado ou Optante ficará condicionado à sua concessão pelo Regime de Previdência que estiver vinculado. Senão estiver vinculado a Regime de Previdência deverá ser atestado por corpo clínico indicado pela PREVES;
- Os Participantes podem aderir ao Aporte Adicional por Invalidez, que será contratado de forma isolada pela PREVES com companhia seguradora e custeado de forma individualizada pelo Participante;
- Para recebimento do seguro de invalidez o participante deverá autorizar, a companhia seguradora, a obtenção de qualquer informação sobre seu prontuário médico;
- Renda mensal não vitalícia correspondente a um número de cotas de sua Reserva Acumulada do Participante;
- Benefício cessa no momento que a Reserva Acumulada do Participante apresentar saldo nulo ou findo o prazo estipulado para o recebimento de cotas.
- Pensão por Morte:
- Será concedido ao beneficiário que o requerer, atestada sua condição pelo RPPS do Ente Federativo e será devido a partir da data do protocolo do requerimento;
- O Participante pode aderir ao Aporte Adicional por Morte, que será contratado de forma isolada pela PREVES com companhia seguradora e custeado de forma individualizada pelo Participante;
- Renda mensal não vitalícia correspondente a um número de cotas de sua Reserva Acumulada do Participante;
- Benefício cessa no momento que a Reserva Acumulada do Participante apresentar saldo nulo ou findo o prazo estipulado para o recebimento de cotas.
- Herdeiros poderão solicitar o resgate de 100% do saldo existente (decisão judicial).
- Prescrição em 05 (cinco) anos às prestações não pagas e nem reclamadas na época



própria, resguardados os direitos dos menores dependentes, dos incapazes ou dos ausentes, na forma do Código Civil.

- O saldo não reclamado ou restante, após o pagamento previsto no artigo 27 do regulamento do plano de benefícios, será transferido para o Fundo Coletivo.
- A movimentação do Fundo Coletivo atenderá às necessidades de cobertura de eventuais insuficiências em quaisquer outros fundos do plano de benefícios, desde que recomendada e justificada por parecer atuarial e aprovada pela Diretoria Executiva e pelo Conselho Deliberativo da PREVES.

Pecúlio por Morte:

- O beneficiário do participante ou assistido optante pelo Benefício de Pecúlio de Morte, farão jus ao recebimento, em parcela única, do valor contratado com a companhia seguradora;
- O limite de recebimento, em parcela única, do valor contratado com a companhia seguradora, é de até 30% (trinta por cento).
- Os planos estruturados na modalidade de Contribuição Definida têm como principal característica o equilíbrio financeiro permanente, pois os valores dos benefícios programados são calculados com base no saldo de conta acumulado pelo participante durante a fase contributiva.

A entidade propõe, caso realizado o convênio, realizar Live para os servidores públicos municipais para explicar os benefícios da adesão ao plano de benefícios e sanar quaisquer dúvidas previdenciárias complementares.

Além disso, propõe:

- Instruir os RHs da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo e do Poder Legislativo de como conciliar as possíveis divergências arrecadatórias dos servidores participantes.
- disponibilizar todas as informações e experiências, na gestão da previdência complementar de servidores públicos, para o Município de São José do Rio Preto implementar os procedimentos administrativos e operacionais o mais rápido possível.

Os canais de comunicação e atendimento dos participantes, informados pela proponente, são: site institucional, área restrita do participante, aplicativo mobile, central de atendimento 0800, WhatsApp e chat online. Informa a entidade que disponibiliza, no site institucional, página dedicada ao tema de Educação Financeira e Previdenciária, além de envio de e-mails semanais com assuntos que abordam o tema de Educação Financeira e Previdenciária.

Há também a possibilidade de atendimento presencial agendado no município de São José do Rio Preto.

Mongeral Aegon Fundo de Pensão



O Mongeral Aegon Fundo de Pensão foi criado em 2005 para gerir o plano de benefícios dos funcionários da Mongeral Aegon Seguros e Previdência, o Mongeral Aegon Fundo de Pensão se tornou uma opção para o mercado na administração de planos fechados de previdência. Hoje, segundo consta, está preparado para oferecer produtos e serviços para diversos tipos de instituição:

A proposta da entidade é baseada na adesão ao plano MAG Federação, que segue a estrutura do modelo CD 06, de licenciamento automático, possuindo, desta forma, em sua estruturação técnica os **benefícios de risco sendo terceirizados com uma seguradora** (Cap. 8, Art. 32). Em função disso, tais benefícios serão contratados junto a outra empresa do grupo (MAG SEGUROS), em respeito e conformidade com as condições e regras determinadas no regulamento (Cap. 7, Art. 32), diante de sua experiência em atendimento ao setor público.

O plano apresenta previsão de cobertura para os benefícios de risco (pecúlio por invalidez, pecúlio por morte de participante ou assistido e cobertura de sobrevivência do assistido), **sendo esta cobertura praticada através de contrato específico com uma seguradora autorizada a operar no Brasil, com custeio desses benefícios realizado através de repasse mensal de contribuições a seguradora contratada.**

Serão oferecidos os Benefícios por Invalidez (seção II do Cap. 7, Art. 30), por morte (seção III do Cap. 7, Art. 31), bem como, quando da concessão de benefício, a opção pela contratação da cobertura por sobrevivência (Seção I do Cap 7, art. 25).

Os planos estruturados na modalidade de Contribuição Definida têm como principal característica o equilíbrio financeiro permanente, pois os valores dos benefícios programados são calculados com base no saldo de conta acumulado pelo participante durante a fase contributiva.

A adesão dos servidores do Município de São José do Rio Preto ao plano MAG FEDERAÇÃO, multipatrocinado, que foi criado baseado no Regulamento Padrão Previc CD 06, que apresenta aprovação automática e previsão de cobertura para os benefícios de risco, sendo esta cobertura praticada através de contrato específico com uma seguradora autorizada a operar no Brasil, com custeio desses benefícios realizado através de repasse mensal de contribuições a seguradora contratada.

A entidade alega que considerando a previsão na lei 661 do Município de São José do Rio Preto, publicada em 07 de julho de 2021, contendo a inscrição de forma automática (não é verdade, tendo em vista não autorização desse procedimento no normativo), as estratégias de inscrição estarão focadas na inclusão de valores adicionais de risco a ser contratado pelos participantes e nas adesões não automáticas por força legal.

O MAG Fundo de Pensão utiliza a estrutura de distribuição da MAG Seguros, contendo filiais, sucursais e escritório em São José do Rio Preto e em todas as grandes capitais, além de oferecer todo suporte para criação de materiais promocionais e folheteria, criação de peças digitais para publicação nas redes sociais e implementação de venda digital e adesão online.



Os canais de comunicação e atendimento dos participantes, informados pela proponente, são: site institucional, área restrita do participante, aplicativo mobile, central de atendimento 0800, WhatsApp e chat online. Informa a entidade que disponibiliza, no site institucional, página dedicada ao tema de Educação Financeira e Previdenciária, além de envio de e-mails semanais com assuntos que abordam o tema de Educação Financeira e Previdenciária. Informa a existência do Instituto de Longevidade MAG, que é uma instituição sem fins lucrativos que tem a missão de discutir os impactos sociais e econômicos do aumento da expectativa de vida no Brasil

CuritibaPrev

É a Fundação de Previdência Complementar do Município de Curitiba, entidade sem fins lucrativos, cuja missão é fazer a gestão da Previdência Complementar dos servidores de Curitiba e dos servidores de estados e municípios que com ela venham a celebrar convênios de adesão. Segundo informa, o Município de Curitiba foi pioneiro na oferta de previdência complementar aos seus servidores. Foi também o primeiro município do Brasil a criar seu próprio fundo de pensão – e até agora o único. Afirma ainda em sua proposta que a conta com robusta estrutura, considerando o nível de expertise da equipe que a compõe, bem como o eficiente time de fornecedores de serviços tais como sistemas previdenciários, consultoria de investimentos e cobertura de benefícios de risco.

Afirma que seus diferenciais em relação a outras entidades fechadas de previdência complementar (EFPCs) de servidores públicos: a) é especializada em servidores públicos municipais, que têm características de remuneração e carreira significativamente diferentes dos servidores dos demais entes federados; b) não cobra taxas de carregamento, apenas taxa de administração; e c) é a única EFPC de funcionários públicos que pratica justiça social ao oferecer proteção previdenciária complementar para servidores que percebem

Os Benefícios de Risco oferecidos pelo Plano de Benefícios são: aposentadoria por invalidez e pensão por morte. Cabe o esclarecimento que o Plano é estruturado na modalidade de Contribuição Definida e todos os benefícios têm seu valor permanentemente ajustado ao saldo de conta mantido em favor do participante, assistido ou beneficiário, inclusive na fase de percepção dos benefícios, considerando o resultado líquido de sua aplicação, os valores aportados e os benefícios pagos. Contudo há a possibilidade, mediante opção pelo participante, pela suplementação do saldo de conta no caso da ocorrência do evento de invalidez ou morte por meio de contratação de cobertura previdenciária de risco terceirizada já contratada pela Entidade.

Com a publicação do resultado do processo de seleção, sendo a CuritibaPrev escolhida para gerir o Plano de Benefícios Previdenciários dos servidores de Foz do Iguaçu, será agendada reunião com a Comissão Especial de Seleção de Entidade Fechada de Previdência Complementar para esclarecimentos sobre o sistema híbrido de previdência social, o modelo de plano de benefícios proposto e realidade e expectativas do município.

Vencida esta etapa, será encaminhado Termo de Adesão para assinatura e apresentação do



cronograma de trabalho com descrição das etapas, prazos e procedimentos necessários para implantação e operacionalização do plano de benefícios, prevendo desde a inscrição e regularidade junto a PREVIC quanto entrega de modelos, arquivos, materiais e definição de fluxos operacionais.

O Plano de Educação Previdenciária da entidade foi elaborado em conjunto com o Instituto Municipal de Administração Pública e está em fase de implantação.

Os canais de comunicação e atendimento dos participantes, informados pela proponente, são: site institucional, área restrita do participante, telefone, WhatsApp e Vídeo chamada agendada (Teams). Informa a entidade que disponibiliza, no site institucional, página dedicada ao tema de Educação Financeira e Previdenciária, além de envio de e-mails semanais com assuntos que abordam o tema de Educação Financeira e Previdenciária. Há também a possibilidade de atendimento presencial no Município de São José do Rio Preto, por meio de consultores terceirizados.

PREVCOM-SP

A Fundação de Previdência Complementar do Estado de São Paulo (Prevcom) foi criada pela Lei 14.653, de 22 de dezembro de 2011, com a atribuição de administrar o Regime de Previdência Complementar de servidores públicos de São Paulo e, desde 2017, tem autorização para gerir planos de outros estados e municípios da federação (Lei nº 16.391). É uma entidade fechada, sem fins lucrativos e com autonomia administrativa, financeira, patrimonial e de gestão de recursos humanos.

A SP-PREVCOM conta atualmente com oito planos em operação, todos de contribuição definida: PREVCOM RP, PREVCOM RG e PREVCOM RG-UNIS (destinados aos servidores estaduais de São Paulo), PREVCOM RO (destinado aos servidores de Rondônia), PREVCOM MS (destinado aos servidores de Mato Grosso do Sul), PREVCOM MT (destinado aos servidores de Mato Grosso), SP Previdência (destinado aos servidores do município de São Paulo) e PREVCOM MULTI (multipatrocinado com a adesão dos municípios de Birigui, Santa Fé do Sul, Jales, Louveira, Ribeirão Preto, Guarulhos e Osasco).

A cobertura para morte ou invalidez é limitada ao valor do saldo da conta individual. Os participantes que necessitarem ou desejarem cobertura adicional para os Benefícios de Risco deverão contratá-los individualmente por meio da SP-PREVCOM. A parceira da SP-PREVCOM para cobertura de benefícios de risco é a MAG Seguros (Grupo Mongeral Aegon), que está entre as 10 maiores companhias independentes de seguros no Brasil e os maiores grupos de seguros e previdência no mundo.

Os participantes e potenciais participantes do plano terão acesso a workshops e palestras do Conta Comigo, o Programa de Educação Financeira e Previdenciária da SP-PREVCOM. O Conta Comigo ensina os servidores a realizar escolhas financeiras adequadas, planejar a aposentadoria e acompanhar a evolução do patrimônio previdenciário.



Os canais de comunicação e atendimento dos participantes, informados pela proponente, são: site institucional, área restrita do participante, telefone, chat, site, ouvidoria, aplicativo móvel. Informa a entidade que disponibiliza, no site institucional Não há previsão de disponibilização de estrutura fixa para atendimento presencial aos servidores no município. No entanto, a SP-PREVCOM conta com a ação dos agentes comerciais que atuam diretamente com os servidores do município, por meio de palestras e atendimentos tanto para realização de adesões como para esclarecimentos de dúvidas e manutenção do relacionamento com os seus participantes.

Fundação Família Previdência

Com 41 anos de atuação no mercado e um patrimônio superior a R\$ 7,4 bilhões, a Fundação Família Previdência se consolida como o maior fundo de pensão do Rio Grande do Sul e um dos maiores do Brasil, ocupando o 25º lugar no ranking nacional da ABRAPP, que abrange cerca de 300 entidades fechadas de previdência complementar.

Segundo consta, o patrimônio foi constituído com as contribuições de participantes, patrocinadoras e pela gestão de investimentos dos fundos garantidores de benefícios, fontes de recursos para a aposentadoria complementar de milhares de pessoas.

Criada em 17 de dezembro de 1979, com a razão social Fundação CEEE de Seguridade Social – ELETROCEEE, passou a adotar, em agosto de 2019, o nome fantasia Fundação Família Previdência. Entidade sem fins lucrativos que administra 12 planos de previdência, proporcionando mais qualidade de vida a seus participantes.

Segundo informação oficial, a Fundação Família Previdência conta com mais de 18.400 participantes, atingindo um universo de aproximadamente 30 mil pessoas: profissionais que atuam nas empresas patrocinadoras, associados dos sindicatos instituidores de planos previdenciários, aposentados, pensionistas e dependentes.

Foi certificada com a ISO 9001, desde 2004, a Fundação Família Previdência prima pela qualidade de seus produtos e serviços. A entidade conta com uma equipe de profissionais especializados na gestão de planos de previdência. É responsável pela complementação de aposentadoria de mais de 9 mil assistidos, pessoas que investiram parte de sua renda mensal durante vários anos para usufruir de uma aposentadoria mais digna no futuro e deixar renda de pensão para seus dependentes. Anualmente, a entidade paga em torno de R\$ 700 milhões em benefícios.

Oferece benefício por Invalidez, Benefício por Morte do Participante ou Assistido. Possibilidade de contratação de cobertura de Parcela Adicional de Risco, condicionada a existência de contrato vigente entre a Entidade e sociedade seguradora ou resseguradora. O Plano de Contribuição Definida. Pagamento de até 13 benefícios por ano aos aposentados. O servidor define o percentual ou prazo de recebimento. Coberturas para familiares. Possibilidade de abater 12% da renda no IR.



Está prevista a criação de Campanha específica para o Município de São José do Rio Preto que irá levar em conta as características e necessidades do perfil do servidor. Neste trabalho serão estabelecidos canais tais como: página na web para adesão, destacando as características, vantagens, importância da previdência complementar para o servidor e documentação do plano (regulamento, cartilha), simulador de poupança previdenciária. Além disso, serão realizadas divulgações por e-mail, sms, WhatsApp e redes sociais, informativos eletrônicos e impressos, palestras presenciais e online, evento de lançamento e oferecimento de consultoria previdenciária com nossa equipe comercial própria.

Há programa satisfatório de educação previdenciária.

BB Previdência

Criada em 1994 e administrada pelo Banco do Brasil, a BB Previdência - Fundo de Pensão Banco do Brasil atua como fundo de pensão multipatrocinado, situação em que diversos planos de benefícios de diferentes empresas, denominadas patrocinadoras, são administrados em conjunto, utilizando uma única infraestrutura, sem que haja vínculo ou responsabilidade entre eles. Afirma que tem como significativo, aposentadoria complementar e conceder outros benefícios de natureza previdenciária aos funcionários das patrocinadoras que confiam na gestão da BB Previdência, levando à melhoria da qualidade de vida dos funcionários e seus familiares.

Afirma que os segmentos-alvo da BB Previdência são empresas públicas e privadas, sociedades de economia mista e associações de classe (sindicatos, entidades de classe e outros). Diz que a BB Previdência adquiriu ao longo dos anos expertise na modelagem e administração de planos de benefícios de acordo com a necessidade de cada patrocinadora ou instituidor, nas modalidades BD (Plano de Benefício Definido), CD (Plano de Contribuição Definida) e CV (Plano de Contribuição Variável).

Diz empregar as melhores práticas de gestão e preza por manter os mais elevados níveis de prudência, sempre em consonância com a legislação vigente e normas internas, bem como os princípios de governança, segurança, solvência, liquidez e transparência. Os recursos garantidores das reservas técnicas são confiados à administração da BB DTVM, líder em gestão de recursos no País.

O Plano oferece benefícios de risco cujo pagamento é atrelado ao saldo de contas do participante, na data da concessão do benefício de invalidez ou falecimento. Referido saldo pode ser maior, caso o participante tenha contratado a cobertura de risco adicional junto ao Plano. Tal cobertura tem gestão terceirizada e efetuada por seguradora parceira da BB Previdência, por meio de apólice coletiva vigente, que possibilita ganho de escala e consequentemente apresentação de custos menores aos participantes.

Em tal contratação a BB Previdência participa na qualidade de Estipulante, representante dos participantes junto à Seguradora, conforme preconiza a Resolução CNPC nº 17, de 30.03.2015 combinada com a Resolução CNSP nº 385, de 09.06.2020.

A BB Previdência iniciará a divulgação do Plano com evento voltado para os potenciais



participantes, a fim de apresentar o Plano e seus benefícios. O Plano contará também com site exclusivo, no qual será possível ao servidor solicitar adesão digital por meio do preenchimento de seus dados e upload de documentos pessoais, cuja efetivação ocorrerá somente após aprovação pelo ente federado. A BB Previdência espera contar também com a disponibilização de canais do ente federado, tais como intranet, site, murais, dentre outros, para fazer com que as informações sobre o Plano possam alcançar o público-alvo.

Para os Participantes e Assistidos, a BB Previdência disponibiliza canal de atendimento por meio de Consultoria Previdenciária (telefonias e URA), e-mail, WhatsApp, Chat e Fale Conosco. Por meio de tais canais, é possível dirimir dúvidas acerca da aplicação dos regulamentos dos planos de benefícios que administra, campanhas de revisão de contribuição, de atualização cadastral, acesso ao site, dentre outras.

Há programa satisfatório de educação previdenciária.

RS PREV

A Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público do Estado do Rio Grande do Sul – RS-Prev é a entidade criada mediante autorização da Lei Complementar estadual nº 14.750, de 15 de outubro de 2015, com a finalidade de administrar e executar planos previdenciários destinados aos servidores dos Estados e dos Municípios de todos os entes da Federação.

Trata-se de uma Entidade Fechada de Previdência Complementar - EFPC, de natureza pública, com personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos e cuja gestão conta com a composição paritária entre Participantes (servidores públicos titulares de cargo efetivo inscritos nos Planos de Previdência Complementar) e Patrocinadores (Estado do Rio Grande do Sul, inclusive suas autarquias e fundações de direito público) nos Conselhos Deliberativo e Fiscal da Fundação.

A RS-Prev, desde agosto de 2016, administra o Plano de Benefícios denominado Plano RS-Futuro, destinado aos servidores públicos titulares de cargos efetivos do Estado do Rio Grande do Sul e de suas autarquias e fundações de direito público, inclusive aos membros do Poder Judiciário, do Ministério Público, do Tribunal de Contas e da Defensoria Pública.

A RS-Prev é fiscalizada pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), sem prejuízo das competências constitucionais do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul.

Além da Aposentadoria Programada o Plano RS-Prev oferece dois benefícios de risco: a) Aposentadoria por invalidez; e b) Pensão por morte. Nestes dois benefícios de risco é possível ser feita a contratação de Cobertura Adicional. Para a oferta dos benefícios de risco a RS-Prev contratou a MAG Seguros.

A RS-Prev oferece aos Patrocinadores ações de qualificação destinadas às equipes de RH/Unidade de Pessoal, de forma a possibilitar que os profissionais conheçam o Plano RS-Municípios e possam oferecer aos novos e antigos servidores. Ainda coloca à disposição dos



Patrocinadores materiais de divulgação para as ações conjuntas. Essa parceria é realizada por meio dos RHs/Unidades de Pessoal e das Assessorias de Comunicação dos Patrocinadores. Para o atingimento do público-alvo a RS-Prev tem no site, também, um simulador de previdência complementar aos servidores públicos, o que incentiva a entrada no Plano e fazer Previdência Complementar.

O Plano RS-Municípios é um plano de benefícios de previdência complementar estruturado na modelagem de contribuição definida e destinado EXCLUSIVAMENTE a servidores públicos titulares de cargo efetivo de Municípios e de suas autarquias e fundações de direito público. Os benefícios de risco oferecidos são Aposentadoria por Invalidez e Pensão por Morte.

Na RS-Prev o participante pode consultar seu extrato de contribuições para a previdência complementar, por meio da “Área do Participante”, localizada no site da RS-Prev, bem como pelo APP do Plano compatível com os sistemas Android e iOS. Além de informações como histórico dos aportes mensais já realizados, tanto pelo participante, quanto pelo patrocinador, é possível também verificar a rentabilidade do plano, o saldo acumulado da reserva, entre outros dados fundamentais para a gestão consciente e assertiva da poupança previdenciária. Os canais colocados para comunicação são os seguintes: telefone, e-mail, WhatsApp, e Fale Conosco.

O site institucional da RS-Prev é atualizado diariamente e nele constam campanhas específicas de educação financeira e previdenciária. No site é possível encontrar a CAMPANHA PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR SEM DÚVIDAS que tem o intuito de disseminar informações sobre previdência complementar. Nesta campanha estão reunidas as respostas às principais dúvidas e questionamentos que a Fundação recebeu sobre os mais diversos temas da previdência complementar ao longo dos anos. A página conta com a publicação de perguntas e respostas, que são também amplificadas via postagem no LinkedIn, objetivando que um maior número de pessoas tenha acesso às informações, tornando mais divulgados e compreensíveis os assuntos pertinentes à previdência complementar e à RS-Prev.

Real Grandeza

Criada em 1971, a Real Grandeza diz ser uma das pioneiras do setor de previdência complementar fechada. Informa que sua missão é proporcionar aos seus participantes os meios para construção de um patrimônio sólido, capaz de assegurar um futuro com segurança, tranquilidade e bem-estar. Tem, como patrocinadoras, Furnas Centrais Elétricas S.A., Eletrobrás Termonuclear – Eletronuclear e a própria Real Grandeza, abrangendo um universo de 13 mil pessoas entre participantes ativos e aposentados.

A entidade também é operadora de planos de assistência à saúde na modalidade Autogestão, com ampla cobertura e extensa rede credenciada. Possui mais de 40 mil vidas em carteira e, além dos planos já existentes, oferece produtos personalizados para o mercado.

Afirma que para um fundo de pensão, longevidade é sinônimo de vitalidade. Significa que muitas pessoas já usufruem benefícios de aposentadoria complementar. A Real Grandeza tem 40 anos de compromissos cumpridos, resultado de uma gestão responsável, que prioriza a



segurança e a transparência na administração de recursos e zela pelo futuro de seus participantes.

Informa ainda que no campo da sustentabilidade, as iniciativas da Real Grandeza buscam abranger os pilares econômico, social, ambiental e cultural e incluem, desde a adoção de práticas para o investimento responsável até aquelas relacionadas à promoção da equidade de gênero e raça no âmbito da organização.

O modelo de plano proposto é constituído na modalidade de Contribuição Definida, sem possibilidade de desequilíbrio atuarial. Segue o modelo padrão sugerido pela PREVIC, o que garante a aprovação automática, o que agiliza a implantação do plano.

Os benefícios de risco oferecidos pelo plano são: Aposentadoria por Invalidez e Pensão por Morte. São calculados com base em 100% da conta de contribuição dos participantes + parcela do patrocinador. Por opção individual do participante, pode ser contratada uma cobertura adicional de risco, que garantirá um aporte único na conta do participante. Tal cobertura será oferecida por uma seguradora contratada.

A Real Grandeza prestará todo o suporte nas estratégias de lançamento do plano, incluindo plano de comunicação, peças de marketing, palestras aos servidores atuais e aos novos, treinamentos de representantes do ente. Para adesão dos novos participantes(servidores) a Real Grandeza disponibilizará plataforma 100% digital.

Os canais de comunicação e informações aos participantes

Na RS-Prev o participante pode consultar seu extrato de contribuições para a previdência complementar, por meio da “Área do Participante”, localizada no site da RS-Prev, bem como pelo APP do Plano compatível com os sistemas Android e iOS. Além de informações como histórico dos aportes mensais já realizados, tanto pelo participante, quanto pelo patrocinador, é possível também verificar a rentabilidade do plano, o saldo acumulado da reserva, entre outros dados fundamentais para a gestão consciente e assertiva da poupança previdenciária. Os canais colocados para comunicação são os seguintes: telefone, e-mail, WhatsApp, e Fale Conosco.

O atendimento será realizado de forma Presencial (na sede e nos 10 postos avançados), através de Central Telefônica, E-mail, Atendimento especializado por vídeo, Autoatendimento (Site e App), Atendente Virtual (Chatbot) e WhatsApp (Novo).

Há programa satisfatório de educação previdenciária.

❖ Outras Informações Importantes

Na tabela baixo, destacamos algumas outras informações complementares no que tange a aspectos relevantes no nosso ponto de vista da Diretoria da RIOPRETOPREV:



Instituição	Informar sobre quais planos multipatrocinados são atualmente administrados e quais os patrocinadores já participantes	Informar se é auditado por algum órgão público controle externo, como, por exemplo, Tribunal de Contas do Estado ou da União	Informar se a EFPC possui ou pretende possuir local ou estrutura de atendimento presencial aos servidores que terão interesse em aderir ao RPC no município de São José do Rio Preto. Se sim, informar como será a estrutura. Se não, informar quais serão os meios colocados à disposição dos participantes
BB Previdência	A BB Previdência dispõe, hoje, de três Planos de Previdência na categoria de multipatrocinados, além do BBPrev Brasil.	Não	Não
MAG	Podemos citar os seguintes planos, hoje administrados pela MONGERAL, apontados em site corporativo: abepomprev, CONTABILPREV, PrevTran, Plano Mongeral 1, Plano Mongeral 3.	Não	A MAG dispõe de escritório em São José do Rio Preto, localizado na Rua Deleg. Pinto de Tolêdo 2458 (Boa Vista), São José do Rio Preto, SP - CEP 15025-075. Nesta unidade, dispõe de 06 colaboradores e, recorrentemente, 03 corretores frequentam nosso salão de vendas o que nos permitirá, caso sejamos escolhidos no processo seletivo, disponibilizar uma força de venda exclusiva para a estruturação do plano de benefícios dos servidores de São José do Rio Preto.
PREVES	Administra dois planos (PREVES SE e PREVES CDT) multipatrocinados e os patrocinadores estão informados no parágrafo anterior	É auditada pelo Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo. Ressalta que o Conselho Fiscal é composto também por representantes do Tribunal de Contas e do Ministério Público e são muito atuantes e responsáveis com as atribuições estatutárias	A EFPC pretende possuir local/estrutura de atendimento presencial aos servidores que terão interesse em aderir ao RPC no Município de São José do Rio Preto. A ideia é ter uma estrutura, com acessibilidade, que comporte sala de espera, sala para atividades administrativas, guichês para atendimento pessoal individual, banheiros, cozinha e área de limpeza.
PREVCOM-SP	Atualmente a SP-PREVCOM conta com um plano multipatrocinado, o	É auditada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.	Não há previsão de disponibilização de estrutura fixa para atendimento presencial aos servidores no Município.



	PREVCOM MULTI. São patrocinadores os municípios de Birigui, Santa Fé do Sul, Jales, Louveira, Ribeirão Preto, Osasco e Guarulhos.		
Fundação CEEE	A Fundação Família Previdência administra atualmente dois planos multipatrocinados.	Em razão das patrocinadoras da entidade serem empresas de economia mista, com participação do Estado do Rio Grande do Sul como acionista, a Fundação Família Previdência é auditada pelo Tribunal de Contas do RS.	Não
RS PREV	Na RS-Prev temos 2 (dois) planos de Contribuição Definida multipatrocinados.	Sim, a RS-Prev é auditada pelo TCE/RS conforme prevê o artigo 28 da Lei Estadual nº 14.750 de 15 de outubro de 2015 (autorizou a criação da RS-Prev) e artigo 10 do Estatuto da RS-Prev)	Não, a Fundação não entende ser viável economicamente a expansão do seu atendimento em local/estrutura no Município de São José do Rio Preto, pois entende que o atendimento virtual é perfeitamente eficaz para a gestão do Plano ofertado. Os canais de atendimento são os mesmos ofertados aos demais entes federados que já são patrocinadores e estão e listados no item 2.7, d.
Real Grandeza	O atual Plano CD é patrocinado por Furnas e pela própria Real Grandeza.	Não	Não
CuritibaPrev	A Entidade administra o Plano de Benefícios Multipatrocinado CuritibaPrevPlan1 e o Plano de Benefícios Multipatrocinado CuritibaPrevPlan2 cujos patrocinadores são o Poder Executivo do Município de Curitiba, o Poder Legislativo do Município de Curitiba e a própria Entidade, a CuritibaPrev	A Entidade presta contas ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE/PR)	A Entidade prevê a oferta dos Planos de Benefícios disponibilizando atendimento presencial por meio de consultores terceirizados já contratados

Com base em todo o exposto, nas propostas apresentadas e podemos verificar ainda que:

- Com base no que consta nas propostas habilitadas, constatou-se que as EFPC apresentam

desejável variedade de canais de atendimento e meios de prestação de informação, algumas inclusive por meio de aplicativo para as plataformas Android e IOS.

- Com base nas propostas habilitadas, embora haja diferenças nas estratégias e abordagens, nota-se que todas as participantes demonstraram clareza de propósito no intuito de operacionalizar e incentivar adesões ao RPC, utilizando-se de uma variedade de canais;
- Verificamos que nos regulamentos propostos notamos, aparentemente, que há diferenças nas disposições acerca dos requisitos para concessão de benefício (carência mínima de contribuições vertidas para o plano), cálculo da renda inicial (variação no percentual a ser aplicado no saldo da conta) e no instituto do resgate (quanto ao percentual do saldo da conta do patrocinador, que varia de acordo com o tempo de vinculação ao plano). Nesse ponto, vale mencionar que o art. 47, inciso II, do Regulamento apresentado pela BB PREV prevê uma carência mínima de apenas 12 (doze) contribuições mensais, enquanto o mínimo estabelecido pelo art. 3º, inciso I, da LC nº 108/01 são 60 (sessenta) contribuições mensais.
- Com base nas informações coletadas na rede mundial de computadores, no caso das participantes BB PREV e MAG, aparentemente as opções de investimentos estão restritas àquelas oferecidas pela BB DTVM e pela MAG Investimentos, respectivamente;
- Considerando as propostas habilitadas, verificou-se que todas as participantes informaram que divulgam os valores gastos com serviços de terceiros;
- Em relação à divulgação da remuneração dos conselheiros, dirigentes e administradores consolidada ou individualmente, de forma separada dos demais encargos e salários, considerando as propostas habilitadas, verificou-se que, à exceção da MAG, todas as participantes informaram que fazem a divulgação na forma indagada pelo item. A MAG informou que não possui folha de pessoal e encargos, dada a terceirização completa das atividades de gestão de passivo e ativo e que os conselheiros e diretores não são remunerados.

CONCLUSÃO DA ANÁLISE

Na análise das propostas verificamos, em relação a estrutura de governança das entidades, a qualificação técnica da Diretoria Executiva, os controles internos e processos de gestão de riscos, constatou-se que as oito entidades proponentes possuem desejável e consolidada estrutura de governança, regular implantação de controles internos e processos de gestão de riscos, Diretoria Executiva qualificada e experiente.

Na análise da modelagem do plano e da previsão dos benefícios de riscos, constata-se que todas as entidades ofereceram planos multipatrocinados ao Município, que é o que se objetiva com o processo de seleção, e que todas as proponentes preveem benefícios de risco, com a contratação de uma seguradora terceirizada ou própria.

Verifica-se, portanto, que é na experiência das entidades e nas condições econômicas oferecidas que residem as diferenças nas propostas.

Em relação à experiência, verifica-se que as oito proponentes administram um patrimônio consolidado, havendo variação no valor deste, na rentabilidade acumulada, de



acordo com tempo de existência, com a quantidade de planos administrados e de participantes, sendo a RSPREV a entidade mais nova, criada em 2015, e por isso, com a menor quantidade de participantes, patrimônio e patrocinadores.

Todas as entidades, a nosso ver, conseguiram apresentar propostas compatíveis com o regramento geral delineado na Lei Complementar Municipal nº 661/2021, possuindo todas elas experiência em administração de planos de contribuição definida, boa estrutura de governança e relevante patrimônio sob gestão. **Concluimos, portanto, que as propostas habilitadas estão aptas a atender o RPC de São José do Rio Preto, cabendo ao Município a escolha daquela(s) que mais se adequem às suas necessidades e peculiaridades.**

Assim, diante de todo o exposto, **por apresentar razoável condição econômica para a administração pública e para os participantes (não a menor), possibilitando ao segurado, em simulação realizada, a segunda melhor possibilidade de acumulação de recursos, considerando as despesas do plano e rendimentos; por dispor também de uma das quatro menores despesas administrativas por participante (o que demonstra a viabilidade orçamentária e financeira do plano), por possuir experiência, com lastro na administração do plano de benefícios da previdência complementar dos servidores públicos do Estado de São Paulo e de outros entes estaduais ou municipais (de outros 12 (doze) entes públicos), com o segundo número de participantes dentre as entidades que participam do processo seletivo; por possuir o quarto maior montante de recursos acumulados, contar com experiência na administração de plano de previdência complementar específico para servidores públicos e por ser parte da administração pública do Estado de São Paulo, sendo inclusive fiscalizada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (o mesmo órgão que fiscaliza o RPPS e o Município), assim como apresentar o terceiro melhor desempenho na administração de recursos no tocante à rentabilidade da carteira nos últimos 5 (cinco) anos, obtendo, inclusive, a melhor rentabilidade no exercício de 2020, é que a Diretoria da RIOPRETOPREV, neste parecer técnico, resolve CLASSIFICAR em PRIMEIRA colocação a PREVCOM-SP na seleção da entidade que poderá administrar o Regime de Previdência Complementar do Município de São José do Rio Preto, sugerindo ao senhor prefeito municipal a celebração de convênio com tal órgão para que o município integre o plano PREVCOM-MULTI, entendendo que o conjunto apresentado é o que melhor se adequa às necessidades e peculiaridades deste Município, por todo o exposto.**

Caso a PREVCOM-SP não consiga atender às necessidades do Município ou ocorra alguma dificuldade na conclusão do convênio de adesão ou em sua execução, a diretoria colegiada da RIOPRETOPREV sugere que o município realize convênio com a BB PREVIDÊNCIA e, em seguida, em caso de nova negativa, com a Real Grandeza, nesta ordem, sendo essa a escolha de classificação, na visão da RioPretoPrev, que melhor se adequa ao interesse público que norteia o Município de São José do Rio Preto.



É o parecer técnico da Diretoria da RIOPRETOPREV, salvo melhor juízo.

Cumprе salientar que os recursos, face ao parecer prѐvio, poderāo ser protocolados por meio do sistema de processo digital da entidade, mediante acesso ao site <https://riopretoprev.1doc.com.br/atendimento>, opçāo protocolo. Neste momento, deverā ser realizado o devido cadastramento da Entidade Fechada de Previdѐncia Complementar (PJ) ou do Representante Legal (PF), por uma das vias possѐveis, caso ainda nāo tenha cadastro no sistema. Deve ser escolhido o assunto de protocolo “Recurso EFPC”. A partir daї, o interessado deverā seguir as instruções presentes no sistema de processo digital e realizar o protocolo, juntando todos os documentos individuais em formato “.pdf”. Os documentos individuais da proposta em formato “.pdf” tambѐm poderāo ainda ser encaminhados por meio de correio eletrōnico, atravѐs do e-mail: rppsassessoriaexecutiva@riopreto.sp.gov.br.

De igual forma, **destacamos que caberā um ũnico recurso contra o parecer prѐvio, que ficarā delimitado à anālise da primeira fase (caso alguma entidade tenha sido desclassificada) ou erro notōrio de anālise por parte dos julgadores na elaboraçāo do seu parecer tѐcnico.**

Por fim, lembramos aos participantes que a simples participaçāo no processo de escolha pũblica implica na aceitaçāo integral e irretroatāvel dos termos e condições do Edital, nāo sendo aceito, na fase recursal, alegaçāo de seu desconhecimento ou discordāncia.

Sāo Josѐ do Rio Preto, 21 de outubro de 2021.

JAIR MORETTI
Diretor Superintendente

ADRIANO ANTONIO PAZIANOTO
Diretor Executivo

WILCLEM DE LAZARI ARAÚJO
Diretor Tѐcnico



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 1BC6-D409-3151-DD6F

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ ADRIANO ANTONIO PAZIANOTO (CPF 327.XXX.XXX-48) em 21/10/2021 21:55:12 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

- ✓ JAIR MORETTI (CPF 275.XXX.XXX-04) em 21/10/2021 21:57:55 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

- ✓ WILCLEM DE LAZARI ARAUJO (CPF 352.XXX.XXX-01) em 21/10/2021 22:20:59 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://riopretoprev.1doc.com.br/verificacao/1BC6-D409-3151-DD6F>